



Conflitos e Convergências da Geografia 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-333-0

DOI 10.22533/at.ed.330191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia urbana. I. Ferreira,
Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nesse segundo volume da Coletânea – “Conflitos e Convergências da Geografia”, publicado pela Atena Editora, realçamos o compromisso inalienável para um debate plural e democrático a partir de diferentes análises geográficas centradas no Brasil. Trata-se de vinte e quatro contribuições oriundas de quinze estados brasileiros, os quais estão vinculados à vinte e uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação. No decorrer desse volume as reflexões propostas pelos autores retratam um panorama sobre Geografia Urbana e sua relação e interação com os Estudos Ambientais, Geotecnologias e Cartografia e as possibilidades de inclusão enfatizando o Ensino de Geografia.

Nesse contexto, as discussões e proposições sobre a urbanização, planejamento e normatização do território, segregação socioespacial, uso do espaço público, segurança e insegurança pública, desigualdades sociais, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade urbana, acidentes de trânsito, mercado imobiliário, inundações e dinâmica fluvial, permitem inferir a relevância das pesquisas e seus desdobramentos para compreensão de diferentes realidades que convergem ao refletirmos sobre os desafios atuais do planejamento urbano e ambiental no país, cujo direito à moradia digna e a cidade são violados cotidianamente.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos que desvendem os caminhos e descaminhos para compreender a realidade brasileira e sua indissociável conexão no bojo da mundialização.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E A NORMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE	
Matheus Lucena de Macedo Guedes Celso Donizete Locatell	
DOI 10.22533/at.ed.3301915041	
CAPÍTULO 2	13
OS ESPAÇO OPACOS CAICOENSES: DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA CAICÓ	
Iapony Rodrigues Galvão Djalma Amâncio da Silva Neto Lucas Henrique Lima Alves Ricardo Araújo de Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.3301915042	
CAPÍTULO 3	22
CONDOMÍNIOS CLUBE EM TERESINA/PIAUÍ: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Edileia Barbosa Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3301915043	
CAPÍTULO 4	32
AS MULTITERRITORIALIDADES NA PRAÇA DA BANDEIRA-CAMPINA GRANDE- E SUAS INFLUÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Leticia Barbosa Bomfim Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915044	
CAPÍTULO 5	41
TERRITÓRIOS DO MEDO: UMA ANÁLISE SOBRE A SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE	
Pedro de Farias Leite e Silva Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915045	
CAPÍTULO 6	56
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL	
Gustavo dos Santos Costa Lincoln da Silva Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3301915046	
CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE	
José Antônio Alves Lino	

DOI 10.22533/at.ed.3301915047

CAPÍTULO 8 75

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À DENGUE NO RECIFE – PE

Caio Américo Pereira de Almeida

Rafael Silva dos Anjos

Henrique dos Santos Ferreira

Ranyére Silva Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.3301915048

CAPÍTULO 9 83

A IMPOSSIBILIDADE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO UM INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA OUC-ACLO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pablo Maia Barbosa

Linda Clara Oliveira Pontes

DOI 10.22533/at.ed.3301915049

CAPÍTULO 10 92

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33019150410

CAPÍTULO 11 105

O BRT COMO UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA: O CASO BOGOTÁ E DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Maia de Almeida Junior

Renato Paiva Rega

Saullo Diniz dos Santos Macedo

Felipe da Rocha Santos

DOI 10.22533/at.ed.33019150411

CAPÍTULO 12 115

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.33019150412

CAPÍTULO 13 127

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL-SC NO PERÍODO DE 2012 À 2015

José Roberto Machado

Larissa dos Santos

Pamela Aline Gorges

DOI 10.22533/at.ed.33019150413

CAPÍTULO 14	140
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: OS MOTIVOS DA SUA PROCURA SEGUNDO SEUS USUÁRIOS	
José Roberto Machado	
DOI 10.22533/at.ed.33019150414	
CAPÍTULO 15	157
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DA ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DE PONTA GROSSA – PR	
Sandra Stocker Kremer Tadenuma Silvia Meri Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.33019150415	
CAPÍTULO 16	166
ESPAÇO, TERRITÓRIO E LAZER: UM ESTUDO SOBRE A LAGOA MAIOR EM TRÊS LAGOAS/MS	
Matheus Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.33019150416	
CAPÍTULO 17	179
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV EM DOURADOS-MS	
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.33019150417	
CAPÍTULO 18	186
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAPÁ-AMAPÁ	
Eliane Aparecida Cabral da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150418	
CAPÍTULO 19	194
ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO	
Raul Castro Brandão Estevane De Paula Pontes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.33019150419	
CAPÍTULO 20	202
OS EVENTOS DE INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA – RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Yago de Souza Verling Vinicius de Amorim Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150420	

CAPÍTULO 21	215
ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA FLUVIAL E DE SEDIMENTOS DO RIO TABOCO EM MATO GROSSO DO SUL	
Rennan Villhena Pirajá Diego da Silva Borges Mauro Henrique Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150421	
CAPÍTULO 22	231
GEOTECNOLOGIAS E MAPAS ONLINE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS	
José Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 23	239
O USO DA CARTOGRAFIA TÁTIL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	
Mateus Gouveia Alves Divino José Lemes de Oliveira Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues Heider Danilo de Oliveira Bruno Nascimento Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 24	246
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL (DI) E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA. UM ENSAIO	
Dayane Caroline Gomes da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.33019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	256

UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL

Gustavo dos Santos Costa

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande-PB

Lincoln da Silva Diniz

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande-PB

RESUMO: O surgimento das cidades e seu desenvolvimento, principalmente em sociedades pré-capitalistas, se deram através da relação dialética entre os pontos de comércio e os fluxos de pessoas e mercadorias. Tratando-se do interior do Nordeste brasileiro, pode-se identificar essa dialética como a sinergia resultante nas localidades centrais de pequeno porte, já que concentravam e/ou reproduziam todos os eventos realizados em sua hinterlândia. Formando pequenos aglomerados com funções diversas, configurando uma rede limitada, porém complexa. Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX algumas cidades, como no caso de Sumé-PB, foram efetivamente integradas aos processos de escala global. Diante desse novo contexto, acompanhado por um aumento da qualidade de vida, observa-se no espaço urbano tentativas de (re)produção dos arquétipos da cidade moderna, como a valorização das novas formas de comércio e serviços em detrimento das tradicionais. Partindo desta hipótese, o

presente texto objetiva inserir-se no debate a respeito do notório processo de decadência do pequeno comércio das pequenas cidades interioranas e sua importância sociocultural. Para concretização dos objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa teórica-metodológica, tal como investigações sobre os trabalhos já realizados sobre a localidade. Constatou-se que o arranjo espacial se transforma de acordo com a nova lógica de desenvolvimento, na qual busca emancipar-se enquanto uma materialidade contemporânea resultante do diálogo entre a própria força coercitiva do Estado em conjunto com as relações sociais que viabilizaram tais mutações, resultando no desaparecimento do comércio em virtude da expansão dos novos instrumento de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio; Espaço; Resistência.

A REFLECTION ON THE TRANSFORMATIONS OF THE SUMÉ-PB COMMERCIAL CENTER BEFORE THE CURRENT LOCAL / REGIONAL CONTEXT

ABSTRACT: The emergence of cities and their development, especially in pre-capitalist societies, took place through the dialectical relationship between points of commerce and the flows of people and goods. In the interior of the Brazilian Northeast, this dialectic can be

identified as the resultant synergy in small central localities, since they concentrated and / or reproduced all the events in their hinterland. Forming small clusters with different functions, configuring a limited but complex network. On the other hand, from the second half of the twentieth century some cities, as in the case of Sumé-PB, were effectively integrated into the processes of global scale. In view of this new context, accompanied by an increase in the quality of life, attempts are made in urban space to (re) produce the archetypes of the modern city, such as valuing new forms of commerce and services over traditional ones. Starting from this hypothesis, the present text aims to be inserted in the debate about the notorious process of decay of the small commerce of the small inner cities and their socio-cultural importance. In order to achieve the proposed objectives, a theoretical-methodological research was carried out, as well as investigations about the work already carried out on the locality. It was observed that the spatial arrangement is transformed according to the new developmental logic, in which it seeks to emancipate itself as a contemporary materiality resulting from the dialogue between the coercive force of the State itself and the social relations that enabled such mutations, resulting in the disappearance of the trade due to the expansion of the new instrument of consumption.

KEYWORDS: Trade; Space; Resistance

1 | INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas no âmbito de estudos da Geografia relacionam o surgimento das cidades e seu desenvolvimento, principalmente em sociedades pré-capitalistas, se deram através da relação dialética entre os locais destinados as relações comerciais e os fluxos de pessoas e mercadorias (MARX, 1991; BEAUJEU-GARNIER, 1980; BARATA SALGUEIRO, 1996). Tendo o comércio como principal eixo dinamizador dos fluxos econômicos e demográficos, sendo a partir deste conjunto de ações proporcionadas pelas relações socioeconômicas que consolidará a instalação de alguns e a formação de sua base material. Pressuposto para o emergir das cidades.

De acordo com Beaujeu-Garnier (1980), este movimento recíproco, entre as práticas cotidianas geradas a partir dos fluxos e suas manifestações concretas na configuração do arranjo material do espaço, historicamente, se constitui como um pressuposto para distinção e espacialização de algumas localidades, explicitando uma função e uma posição na rede urbana. Por sua vez, os elementos materiais e ideológicos, assim, evocando o surgimento das primeiras atividades econômicas ditas urbanas (mercearias, lojas de acessórios e tecidos, entre outros), ainda com predominantes características rurais.

De acordo com Santos (1997), a história do meio geográfico pode ser dividida, sinteticamente, em três fases, o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O meio natural se constitui pela fase em que o homem utilizava-se da natureza sem causar consideráveis modificações. As técnicas e o trabalho

se uniam com os recursos naturais. Já período correspondente ao meio, que vai desde o fim do século XVIII, sobretudo, ao longo do século XIX, vê a emergência do espaço mecanizado e o aumento exponencial da divisão internacional do trabalho. O terceiro período, o meio técnico-científico-informacional começa praticamente após a segunda Guerra Mundial, e sua afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai efetivamente se concretizar nos anos 1970. A atual fase do meio geográfico é marcada pelo extraordinário avanço tecnológico, informacional e científico, distinguindo dos demais períodos pela intensa relação entre a ciência e a técnica.

Cada fase é caracterizada por um novo padrão de formas espaciais, estas submetidas ao conjunto ideológico no qual caracteriza cada fase do meio geográfico. Neste sentido, o conjunto de formas espaciais que compõe o espaço urbano se desenvolvem em concordância com cada fase, ao mesmo tempo que, de alguma, as formas espaciais são acumulativas, fazendo do espaço urbano uma síntese dos processos referente as fases pela qual a mesma perpassou. O que inclui o próprio surgimento das cidades, característica principal da transição do meio natural para o meio técnico. Ainda, são múltiplas as formas de periodização do meio geográfico, como Lefebvre (1999).

Tratando-se do Nordeste brasileiro, propriamente do sertão nordestino, pode-se identificar essa dialética como o principal fator sinérgico resultante na formação de localidades centrais de pequeno e médio porte, observando que suas gênese são de naturezas semelhantes, porém com formas e conteúdos distintos, já que concentravam e/ou reproduziam os eventos realizados em sua hinterlândia, por sua vez, com diversas particularidades econômicas, políticas, sociais, culturais e locais.

Lefebvre (2001), define tal processo em suas próprias palavras de “compressão espaço-tempo”, pela tentativa de anular o espaço pelo tempo, mediante a concentração de pessoas, capitais e mercadorias, em pequenos polos. Desse modo, intensificando a concentração de eventos sociais, implicando na produção de formas espaciais físicas, compostas por símbolos estruturantes da própria reprodução destas formas espaciais e de seus valores agregados.

Tratando-se de um período em que a dicotomia entre a Cidade e o Campo era nítida diante organização socioterritorial, as feiras-livres, importantes formas comerciais para ocupação de dinamização do interior do Nordeste, possibilitavam o diálogo de múltiplas racionalidades, urbanas e campesinas, reproduzindo-as em sua própria espacialização. Em virtude do seu forte caráter tradicional, as mesmas se constituíam relevantes espaços de sociabilidade e de consumo do espaço mediante relações sociais concretas entre os sujeitos, se caracterizando não apenas pela sua importância, como também pelo seu papel na manutenção dos valores culturais.

Todavia, a partir da segunda metade do século XX, algumas cidades, como Sumé no Estado da Paraíba, foram efetivamente integradas aos processos em escala global, tal como as redes urbanas mais complexas, em virtude da ampliação de sua base técnica (meios de comunicação, rodovias, produção energética e núcleos de

produção). Esta nova possibilidade relacional também possibilitou não só uma maior autonomia, frente aos novos processos, mas antes mesmo de qualquer conquista, se manifestou como uma forte alternativa de reprodução dos novos valores hegemônicos do mercado, mediados por planejamentos nacionais de integração e tecnização dos campos.

Tais processos resultaram em uma reestruturação do espaço urbano e rural pela inserção de novos dispositivos de sociabilidade e consumo, levando a ampliação da iniciativa privada sob a luz de uma racionalidade hegemônica associada aos novos hábitos cotidianos de consumo. Por sua vez, apresentando consideráveis contradições na produção do espaço geográfico, destacando-se, especialmente, na discrepância e distanciamento entre a produção local e o centro de distribuição e comércio local, se manifestando no processo de decadência da Feira-Livre e das formas tradicionais de comércio.

Tendo como objeto, o caso do município de Sumé, este texto buscar avançar na análise da formação sócioespacial das pequenas cidades, destacando a importância de considerar, analiticamente, as transformações no campo para compreender seus reflexos na cidade. Assim, este texto busca romper a dualidade entre cidade e campo na análise das pequenas, através de análises e pesquisas sobre as formas comerciais tradicionais.

Para concretização dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa teórica-metodológica, tal como investigações sobre os trabalhos já realizados sobre a localidade. Em um segundo momento, foram utilizadas análises *in loco*: entrevistas, fotografias e observação da paisagem, para enfim realizarmos algumas análises e conclusões. Diante deste contexto, nota-se que o arranjo espacial se transforma de acordo com a nova lógica de desenvolvimento que busca emancipar-se enquanto uma materialidade contemporânea resultante do diálogo entre a própria força coercitiva do Estado, através da construção de infra-estrutura e do planejamento urbano com seus monumentalismos, tal como pelas relações sociais que viabilizam tais mutações.

2 | CENTROS LOCAIS E A PEQUENA CIDADE

A discussão sobre as pequenas cidades não é uma discussão recente no Brasil, entretanto, não apresenta grandes contribuições teóricas-metodológicas para uma análise sistemática desta categoria de cidade que, apesar de numerosas, ainda se constituem como espaços desconhecidos (MAIA, 2010). Por outro lado, segundo Fresca (2010), a partir da década de 1990 os estudos sobre pequenas cidades foram retomados, possibilitando transformações nos paradigmas de análises.

De acordo com Fresca (2010), há um grande equívoco na análise desta categoria de cidade, está incoerência analítica se refere-se ao tratando das terminologias de pequena cidade e centro local como sendo sinônimos, já que se trata de conceitos,

inerentemente, distintos. A referida autora estabelece uma distinção entre a pequena cidade e o centro local, o primeiro se constitui como uma referência de cunho quantitativo, a despeito do número de habitantes e do tamanho da cidade. Entretanto, o segundo trata da essência da localidade: seu papel na dinâmica da rede urbana, organização e influência regional. Podendo haver cidades com menos de 20.000 hab. mas que não podem ser considerada um centro local em virtude de influência e importância regional.

A categoria de *cidade local* faz referência a interpretação da dinâmica recíproca entre cidades em escala regional, como destacava Walter Christaller. Partindo das cidades com maior influência regional e supra-regional até as pequenas localidades centrais que possuem abrangência apenas local. No caso da distribuição dos capitais e das formas comerciais, os de uso mais raro se concentram nas localidades de maior influência regional, sendo assim, por essência e existência, mais complexas. Por outro lado, as localidades de menor influência dispõem apenas dos elementos de uso cotidiano, com maior procura e de menor valor monetário.

Apesar da validade de alguns apontamentos descritos por Christaller, sua obra se referia à uma temporalidade em que o capital não possuía a mesma flexibilidade e estratégia dos dias atuais, muito menos coerente a realidade sócio-espacial do interior brasileiro (CORRÊA, 1997). Todavia, sua reflexão sobre a necessidade de contextualizar a função regional que uma determinada localidade exerce na rede urbana na qual está inserida, mostra-se fundamental para compreender ou mesmo definir uma pequena cidade, já que dependendo de sua localização e do contexto regional sua função e complexidade altera consideravelmente.

Neste sentido, o conceito de técnica, tanto enquanto abstração como fato concreto, se apresenta fundamental para compreender a complexidade das cidades locais (SANTOS, 1979). Pois apesar de se tratar de localidade categoricamente semelhantes, dispõem de conteúdos históricos totalmente distintos que refletem diretamente em suas formas espaciais. Portanto, tal categoria se refere à configuração espacial da localidade no presente, não sendo capaz de incluir o seu passado.

Por sua vez, possuem urbanização com dimensões de espaço e tempo substancialmente distinta, trata-se de um conjunto de produções espaciais resultantes da própria divisão do trabalho na região. Contudo, a existência de grandes latifúndios, associadas ao uso de técnicas descontextualizadas e desapropriadas aos elementos bióticos e abióticos que compõem o bioma Caatinga, tal como a ausência recursos hídricos em abundância, criaram limitações para as ocupações nessa região, refletindo, de modo amplo, na formação e desenvolvimento destas cidades.

3 | PEQUENAS CIDADES DO INTERIOR NORDESTINO

faço referência as pequenas cidades do interior do Nordeste que historicamente,

foram caracterizadas por exercer um papel secundário na dinâmica territorial sob o domínio do campo, já que as atividades produtivas se concentravam predominantemente fora das cidades, como a agricultura, pecuária extensiva e o artesanato. Assim, segundo Moreira e Targino (1998), a economia e a organização socioterritorial do interior do Estado, compreendido pelo polígono semiárido, era ditada pela agricultura e pecuária extensiva, sendo este último, a própria razão de sua ocupação.

Na metade século XX, foram arquitetados alguns projetos para o desenvolvimento do interior nordestino, a partir das políticas de açudagem e tecnização (MENDOÇA, 2010). Tais políticas se deram no campo, com a criação de estradas, canais hídricos, mecanização e instrumentos para maior controle das formas de vidas, expropriando terras e empregando, de modo precário, parte da mão-de-obra excedente, já que nas cidades pequenas (também centros locais) se concentram exércitos de mão-de-obra reserva.

A cidades (re)produziram espacialmente estas transformações geradas pela inserção em um novo meio geográfico, caracterizado pelo uso de máquinas e do planejamento técnico. Este processo foi intenso em algumas cidades do interior nordestino, exclusivamente, as que sediaram estas políticas públicas de tecnização, tal como ocorreu no caso de Sumé, os fluxos oriundos do comércio e das demais relações econômicas decorrentes da produção agrícola subsidiadas por tais políticas resultaram em impactos diretos ao referido espaço “urbano”. Principalmente, com o surgir de uma nova racionalidade, agora associada ao consumo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis, bem como às necessidades de consumo cotidiano que iam além das feiras livres, estimulando o surgimento de oficinas mecânicas, borracharias, restaurantes, supermercados, lojas de confecções entre outras.

Valores estes, majoritariamente, associados ao consumo, em sua natureza contemporânea comumente compreendido como necessidades irremediáveis e inquestionáveis, mas que não passam de simbologia impostas socialmente, ideias e práticas estruturantes da totalidade contemporânea. Devido a constante reconfiguração espacial e simbólica destas condicionantes da produção capitalista, como o próprio consumo massivo, em sua essência, perduram como a capacidade e possibilidade de se reinventar constantemente, reestruturando e ressignificando a dinâmica da totalidade. Tal processo é chamado por Gomes (1996) de “Geografia do Risco”.

Diante deste processo de reestruturação produtiva e reconfiguração do espaço produtivo, a divisão territorial do trabalho toma novos moldes em busca de maiores margens de acumulação de lucro, as pequenas cidades passam a desenvolver atividades econômicas semelhantes as já existentes nos centros de maior dimensão.

Tratando-se do caso de Sumé, apesar do caráter previamente rural, este novo modo de produção desencadeado pela nova configuração da divisão espacial do trabalho gerou uma intensificação no processo de urbanização a partir da emigração do campo, assim, estimulando a expansão das atividades econômicas encontradas na cidade. Portanto, havendo uma expansão das formas tradicionais de comércio, ao

mesmo tempo, em que surgem novas formas comerciais, como os supermercados e lojas especializadas, transformando veemente a paisagem do centro comercial. Posteriormente, sendo absorvidas e (re)produzidas pelo processo de racionalização do espaço.

4 | A FEIRA LIVRE E AS RUAS COMERCIAIS NA PEQUENA CIDADE

De acordo com Pintaudi (1999), as formas comerciais, em sua essência, não possuem uma padronização, muito menos uma única forma. Sua formação está atrelada a influências oriundas de diversas escalas, desde globais até locais, como as novas tendências, até os hábitos cotidianos da localidade e o próprio sítio urbano. Assim, a espacialização das atividades terciárias, terão múltiplas faces, resultantes deste diálogo entre diversos processos, eventos e racionalidades que particularizam a produção espacial na contemporaneidade.

Contudo, cabe observar que, regionalmente, identifica-se a existência de alguns elementos em comum, como o processo de ocupação, a configuração espacial da economia, a cultura predominante e a base material que, por sua vez, irão resultar em formações espaciais urbanas com diversas características semelhantes. Além de que, atualmente, deve-se levar em consideração as novas tendências, tidas como hegemônicas, e a reprodução destes ideais “globais” no arranjo espacial.

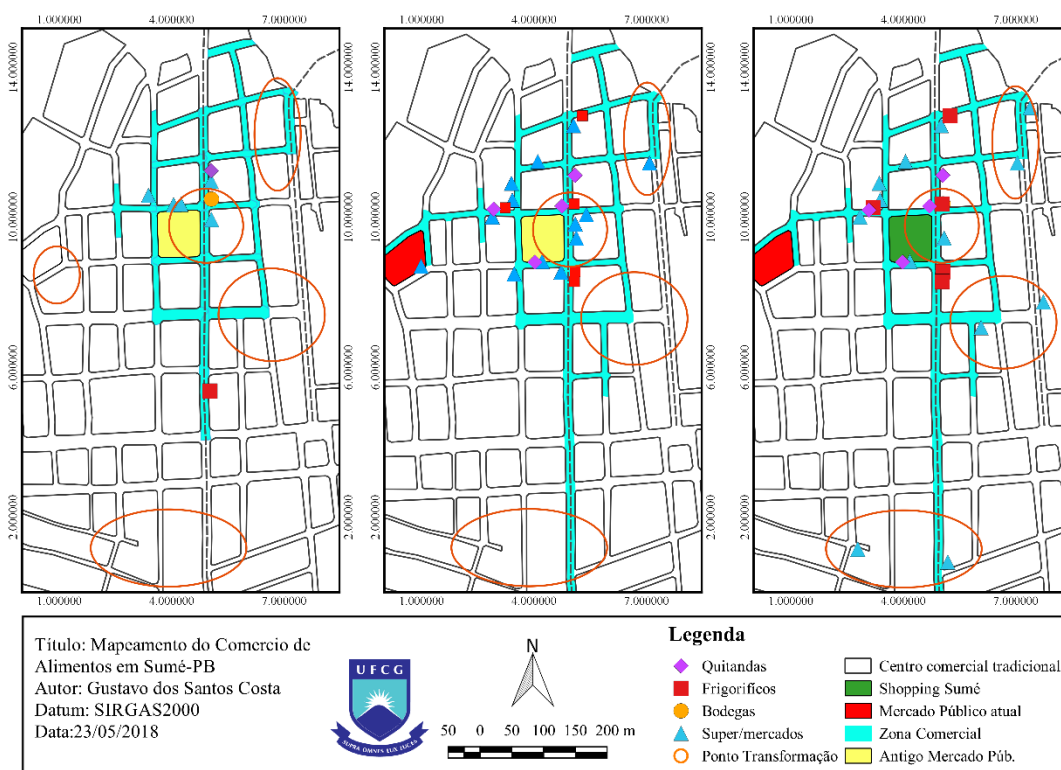
Recortando a discussão para o referido objeto de estudo, historicamente, a dinâmica comercial e econômica das pequenas cidades do Nordeste brasileiro foram caracterizadas pelas relação campo-cidade, mas que tinham sua maior manifestação nas cidades a partir das feiras livres (DANTAS, 2008). Estas formas periódicas de comércio ocorriam, em sua maioria, uma vez por semana, sendo responsável pelo abastecimento de acessórios e alimentos básicos e, pelo escoamento da produção da local.

Tal como aponta Diniz (2011), o centro e as ruas comerciais do interior nordestino tem sua gênese associada à dinâmica espacial das feiras, logo os espaços (ruas, avenidas e construções) onde havia a instalações temporárias das feiras-livres tinham seu entorno influenciados, assim absorvendo o caráter comercial. Especializando-se no setor de comércio e serviços, nas referidas cidades, as ruas comerciais surgiram, majoritariamente, por influência das feiras-livres.

Esta perspectiva, possibilita analisar a (re) formação do arranjo espacial a partir da influência de um elemento ou de um conjunto de elementos com maior destaque, neste caso a feira e todo seu conjunto de objetos e práticas, majoritariamente mediatizados pelas relações de poder exercidas pelo monumentalismo das arquiteturas. Este processo de produção e reprodução espacial caracterizada pela influência direta de um elemento ou conjunto de elementos inserido ou retido do arranjo espacial, é conceituado por Harvey (1980), de efeito-exterior. Desse modo, é possível perceber

que em virtude da existência destes elementos, destacando, inicialmente, a feira-livre, formam-se as ruas comerciais que, por sua vez, reproduz o mesmo processo que se materializa na formação dos pequenos centros comerciais, por muito tempo, sendo fundamentais para existência das feiras a partir de uma relação dialética entre os mesmos. Cabendo considerar as possíveis substituições, conflitos e cooperações, oriundas desta relação.

As ruas de comerciais e o próprio centro comercial são o pressuposto base para a tecnização das pequenas cidades e sua inserção na atual lógica de produção capitalista, são a partir delas que se instalam os bancos, os supermercados/mercados, as lojas especializadas, e as construções de arquitetura moderna. Todavia, sua hegemonia não é imediata, na verdade ela é resultante de um lento processo de racionalização das pequenas cidades, alterando sua relação com as formas de comércio tradicionais, como as feiras livres e o pequeno comércio, apesar do incessante processo de imitação e reprodução, estas formas mantém diversas características inerentes as pequenas cidades, distinguindo dos modelos hegemônicos de rua comercial.



Mapa 1: Mapeamento do Comércio de Alimentos no Centro Comercial de Sumé-PB.

Mapeamento do Centro Comercial,

Fonte: COSTA, Gustavo.

Contextualizando tais considerações ao caso das transformações ocorridas no centro comercial da cidade de Sumé-PB, o mapa 1 consegue evidenciar o efeito de tais transformações socioeconômicas e culturais na configuração do arranjo espacial do referido. Por sua vez, a comparação de três representações cartográficas do mesmo recorte espacial em temporalidades distintas, possibilitando uma análise sistemática

do processo de racionalização do espaço, ao mesmo que tempo em que implica no desaparecimento das formas comerciais tradicionais.

De fato, não se trata de um processo totalizante, tal como Aponta Barata Salgueiro (1996), o comércio tradicional e suas formas espaciais nunca deixaram de existir, contudo, estão condicionados às transformações morfológicas e locacionais, tal como sua redução numérica. Tais transformações, materializadas no surgimento de complexos espaços de consumo, estruturam uma nova condição de produção do espaço nas pequenas cidades, extrapolando as delimitações do espaço urbano e levando está racionalidade para o campo, outrora comprometido apenas com os espaços tradicionais de sociabilidade, no qual fortaleciam a dicotomia entre a cidade e o campo.

Compreender os processos desencadeados nestas espacialidades de menor porte necessita de um esforço para contextualização das considerações, ou seja, antes mais nada identificar em qual contexto regional ela está inserida. Assim, tratar das atividades terciárias de uma pequena cidade implica também compreender sua importância regional. As pequenas cidades do Nordeste, apesar algumas com sucesso, sempre estiveram à margem do progresso e do desenvolvimento técnico, dessa forma, observa-se atrasos na absorção das novas tendências, tal como a ausência de planejamento para tal.

Acrescenta-se ainda que, mediante esse conjunto de considerações prévias, temos no espaço urbano contemporâneo a existência de diversas racionalidades expressas nas formas comerciais que, apesar de seu passado comum, perpassaram por inúmeras mutações, tornando-se arquétipos de racionalidades opostas (AZEVEDO & QUEIROZ, 2013). Mas que ainda se mantém em uma rede de cooperação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 2000 a gestão e organização territorial da Microrregião do Cariri Ocidental foi reformulada, dando a mesmas, novas alternativas de desenvolvimento sócioespacial a partir de atividades não-produtivas e/ou sob outras perspectivas de produção como o cooperativismo e associativismo, buscando uma valorização do campo e a (re)pecuarização a partir da caprinocultura. Diante desse novo contexto, acompanhado por um aumento da qualidade de vida, observa-se no espaço urbano tentativas de (re)produção dos arquétipos da cidade moderna, como a valorização das novas formas de comércio e serviços em detrimento das tradicionais..

Em tese, está nova condição espacial é resultante dos eventos tratados aqui, mostrando que nas pequenas cidades, a relação dialética entre cidade e campo, ocorrem de modo muito íntimo. Sendo na cidade o grande *locus* das transformações sociais e culturais. Em virtude de sua capacidade de compressão, são identificados nas formas comerciais as grandes alterações na produção do espaço urbano que,

por sua vez, só ocorreram através da formação de uma base material nos moldes do capital.

Esta relação existente entre essência e existência, subjetividade e objetividade, cotidianidade e formas espaciais, representam a influência que os objetos exercem nas relações sociais e como estas relações sociais resultam formas espaciais em constante mutação. Sendo assim, o conjunto de valores oriundos da inserção destas localidades em uma rede supra-regional, cada vez mais se manifestação nas paisagens, formas e nas organizações territoriais. Aqui expostas a partir do comércio.

Diante deste contexto, nota-se que o arranjo espacial se transforma de acordo com a nova lógica de desenvolvimento que busca emancipar-se enquanto uma materialidade contemporânea resultante do diálogo entre a própria força coercitiva do Estado, através da construção de infra-estrutura e do planejamento urbano e seus monumentalismos, tal como pelas relações sociais que viabilizam tais mutações.

Por último, cabe destacar que dentro da concepção de rede urbana, aqui não propomos analisá-la em sua dimensão total, pelo contrário, cabe-se neste artigo contemplar e analisar a multiplicidade de movimentos de pessoas e capitais em escala regional/local. Já que a relação entre o *Campo* (a zona rural, agrovilas e vilarejos) e a *Cidade* (polo), constitui-se como o principal responsável pela formação, dinamização e consolidação dessas espacialidades. Sendo assim, o intuito deste artigo é, justamente, contribuir para compreensão do conteúdo das *pequenas cidades do semiárido nordestino* na atualidade e a função do setor terciário na manutenção de sua estrutura tendo em vista que fenômeno da urbanização se mantém nessas localidades, apesar da baixa densidade demográfica, como uma reestruturação produtiva condicionada pelas sucessivas crises socioeconômicas dos meios de produção moderno-industriais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. AS FEIRAS LIVRES E SUAS (CONTRA)RACIONALIDADES: PERIODIZAÇÃO E TENDÊNCIAS A PARTIR DE NATAL-RN-BRASIL. *Geografía y CIENCIAS SOCIALES*, Barcelona, Vol. XVIII, nº 1009, 15 de enero de 2013.

BARATA SALGUEIRO, Tereza. **Do comércio à distribuição: roteiro de uma mudança**. Oeiras, PT: Celta Editora, 1996.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 13. 2008. p.88-101.

DINIZ, Lincoln da Silva Diniz. As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócio espaciais do pequeno comércio. 2. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2011.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, V. 9, N. 20, p. 75-81, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MAIA, Doralice Sátyro. *Cidades Média e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura*. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Salvador: SEI, 2010.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?**. São Paulo: Nobel, 1991.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB, 2010.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1997.

PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade e as formas do comércio*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia -UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-333-0

